

## PARECER Nº , DE 2020

De PLENÁRIO, em substituição à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2019, do Senador Humberto Costa e outros, *que susta o Decreto nº 9.685, de 15 de janeiro de 2019, que altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.*

Relator: Senador **MARCOS DO VAL**

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 23, de 2019, do Senador Humberto Costa e outros, tem por objetivo, descrito em seu art. 1º, sustar, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal (CF), o Decreto nº 9.685, de 15 de janeiro de 2019, *que altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.*

Em sua justificação, os autores do projeto argumentam que o Estatuto do Desarmamento é uma lei restritiva que elenca uma série de requisitos para quem deseje adquirir uma arma de fogo. O PDL, todavia, teria flexibilizado demasiadamente o requisito da “efetiva necessidade”, ao prever critérios objetivos de avaliação e, portanto, fragilizado a possibilidade de a



Polícia Federal exercer o controle dos riscos pessoal e social gerados pela aquisição da arma de fogo.

Afirmam que a permissão para comprar até quatro armas de fogo e a ampliação do tempo de validade do registro seriam preocupantes. Ademais, todas as alterações teriam sido feitas, mesmo sendo a população majoritariamente contra, quadro que se agravaria pela não realização de um estudo de impacto das mudanças para o sistema de saúde pública, o qual suportaria aumento de demanda num momento de congelamento de investimentos nos recursos federais de saúde.

Sustentam, por fim, que o Poder Executivo não teria legitimidade para suprimir, por meio de decreto, a vontade do legislador e da população no que diz respeito ao regramento da posse de arma de fogo, abuso que deveria ser controlado pelo Congresso Nacional por meio de Decreto Legislativo.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

As modificações que o Decreto nº 9.685, de 2019, buscou promover no Regulamento do Estatuto do Desarmamento, sobretudo a flexibilização dos critérios para a aquisição e posse de arma de fogo, decorreram de uma opção de política de segurança pública definida pelo Poder Executivo Federal, com a qual, diga-se de passagem, sempre concordamos.

As alterações propostas pelo Decreto eram voltadas ao cidadão que quer defender a si próprio e a sua família. Não se tratava, dessa forma, de medidas direcionadas ao incremento da violência. Com um novo regramento, mirou-se em mecanismos para, a um só tempo, armar o cidadão em sua casa e seu local de trabalho e dissuadir criminosos a praticarem delitos nesses locais.

A relevância dos bens envolvidos, como a vida, a liberdade e a propriedade, justificava a flexibilização da aquisição e porte da arma de fogo.



A sociedade vive amedrontada, pois, mesmo dentro de casa ou no local de trabalho, todos estão à mercê de assaltantes, estupradores e assassinos. O Decreto nº 9.685, de 2019, portanto, estava voltado a empoderar o cidadão brasileiro.

Não obstante, supervenientemente, o Decreto nº 9.685, de 2019, foi revogado pelo Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019. Assim, a matéria compreendida nessa proposição restou prejudicada.

### III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela **prejudicialidade** do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2019.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator

